

REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS CULTURAIS NA LITERATURA REGIONALISTA DE JOSÉ LINS DO REGO

Maria Thaize dos Ramos Lira¹

RESUMO

A literatura regionalista contou com participação de vários romancistas, dentre eles, o paraibano José Lins do Rego (1901-1957), cuja produção literária, particularmente as obras do “Ciclo da cana-de-açúcar”, é marcada pelo tom da decadência da sociedade patriarcal nordestina e a substituição dos engenhos pela usina. Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar como a literatura regionalista se apropriou de um conjunto de práticas culturais, expressando-as enquanto representações sociais próprias a uma identidade regional em formação, durante as primeiras décadas do século XX, a partir dos romances de José Lins do Rego. Promoveremos diálogo com algumas pesquisas que versam sobre o autor, dentre as quais se destacam Albuquerque Júnior (2001), Castelo (1961), Chaguri (2007), Oliveira (1997). Situamos esta pesquisa no campo da História Cultural, em especial, nas articulações entre práticas e representações propostas por Roger Chartier (1990). Pretendemos adotar como corpo documental principal o romance de José Lins do Rego: Fogo Morto (1943). Como procedimento metodológico serão analisados trechos que indicam a presença dessa sociedade patriarcal nordestina, com seus elementos caracterizadores do cotidiano no engenho e das pessoas que ali viviam, de forma a se identificar como as representações sociais produzidas por José Lins contribuíram para formulação de uma identidade regional centrada no que conhecemos como “culturas do açúcar”. Espera-se com esta pesquisa, compreender a forma que José Lins do Rego se apropria de práticas culturais específicas da sociedade açucareira (cultura do açúcar) para construir a sua narrativa.

Palavras-chave: Ciclo da cana-de-açúcar, História cultural, José Lins do Rego

Há algumas décadas, a História se restringia à análise dos grandes temas políticos e econômicos, onde apareciam grandes feitos dos grandes heróis das classes dominantes, a partir de uma postura autoritária, reducionista ou quem sabe “pouco criativa, em que o sujeito era o rei, o senhor das terras, o militar, e nunca o súdito, o servo, o gentio (GRILLO, 2005, p. 14). As camadas ordinárias só eram analisadas se estivessem reunidas em partidos ou sindicatos, isso enquanto os demais eram vistos como subalternos, e por conta disso, eram indignos de serem estudados pela História, mesmo que na perspectiva marxista.

Apenas no final dos anos 1960 é que se começou a haver uma transformação, quando se passou a aparecer os estudos relacionados à História das Mentalidades.

Nas suas grandes linhas a história das mentalidades construiu-se aplicando a novos objetos os princípios de inteligibilidade utilizados na história das economias e das sociedades, como sejam a preferência dada ao maior número, logo a investigação da cultura tida como popular, a confiança no números e na quantificação; o gosto pela longa duração; a primazia atribuída a um tipo de divisão social que organizava imperativamente a classificação dos fatos em mentalidades (CHARTIER, 1990, p. 15).

Foi a partir deste momento, dessa ânsia por buscar novas formas de abordar o passado que levou os historiadores a se interessar pelos aspectos que escapavam à rigidez da História.

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: thaize_ramosjp@hotmail.com

Foi a época da discussão da ideia de crise da disciplina histórica. De acordo com Sandra Pesavento (2004), no Brasil, os anos de 1990 foram marcados pela ideia de crise dos paradigmas, por uma virada nos domínios da Clio, na qual, podemos falar de uma insuficiência de modelos e de um regime de verdade e explicações globais, que ansiavam alcançar a totalidade.

Dentro de uma postura neomarxista inglesa e de uma história francesa do Annales, surgiu o impulso pela renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, abrindo caminho para o aparecimento de uma corrente historiográfica denominada de “História Cultural”, que “tal como entendemos tem por principal objetivo, identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17). O referido autor, aponta que não podemos deixar de lado que a percepção e a apreciação do “real” são determinadas pelos interesses dos grupos que os forjam, posto que o discurso traz a posição daquele que o profere. Sendo assim, não há discurso neutro.

A História Cultural abriu os olhos dos historiadores para outros caminhos possíveis de diálogo. Ao se perceber, portanto, outros objetos e temas, os historiadores tiveram que repensar os conceitos e os próprios aspectos de domínio da História, o que provocou uma intensa reflexão sobre a disciplina. Foi nessa conjuntura que se colocou a necessidade de, em termos metodológicos, se recorrer às áreas afins, tais como a Demografia, a Economia, a Antropologia, a Sociologia e a Literatura, entre outras.

Como resultado dessa visão multidisciplinar e dos desafios teóricos enfrentados, fez-se necessário, ainda, apoiar a análise em documentos históricos que dessem sustentação a temas até então inexplorados ou que permitissem a retomada de outros, a partir de novos olhares (SAMARA; TUPY, 2007, p. 44).

De acordo Ferreira (2009), desde a década de 1970, as novas gerações de historiadores franceses, ampliaram o leque de problemas, objetos e abordagens da disciplina, e como referência as novas possibilidades para a pesquisa histórica, Jacques Le Goff e Pierre Nora organizam o livro *Faire de l'histoire* - obra considerada o manifesto da Nova História. Ao proporem a dilatação do território temáticos do historiador, “que passou a abranger objetos tais como o inconsciente, o cotidiano, a língua, a literatura, o mito, a infância, a juventude, a festa, os meios de comunicação, entre outros- os novos historiadores também estimularam a pesquisa de novos documentos” (FERREIRA, 2009, p. 64).

O documento, entendido como a ferramenta de pesquisa do historiador, deixou de ser considerado uma forma de apreensão da verdade e passou a ser analisado como monumento. Le Goff (2003, p.545) nos possibilita entendê-lo como “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que a detinham”, denotam para importância de uma reflexão, por parte do historiador, acerca das condições históricas dessa produção, levando-se em consideração a figura do produtor, o lugar social em que está inserido, como se produz, as possíveis intenções do produtor, as relações de poder que estão imbricadas entre o produtor e o produto. Então, se todo documento é monumento, cabe ao historiador se debruçar sobre os modos de como ele foi construído, a linguagem utilizada bem como, o que está implícito na sua produção.

No Brasil, a relevância da Literatura na pesquisa das ciências sociais e humanas tem como um dos expoentes, Antônio Candido, para quem “diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido, aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida e do espírito” (CANDIDO, 1985, p. 130).

A Literatura é um caminho possível para se compreender as sensibilidades de uma época. Nos dias de hoje, os historiadores se interessam cada vez mais pela relação entre História e Literatura. Esses dois campos, que antes foram separados pelas delimitações de

uma ciência histórica, contemporaneamente tem sido alvo de um profundo e frutífero debate que busca estabelecer quais as convergências, mediações e distinções.

Essas convergências mediações e distinções têm se dado por diversas portas. Os estudos que lidam sobre os movimentos literários e seus projetos sociais, as suas maneiras de inserção social, as produções e revistas literárias, o mercado editorial, como os estudos de Robert Danrton, nos Estados Unidos, e Nicolau Sevcenko, Sandra Jatahy Pesavento, Sidney Challoub, no Brasil.

[...] é a História que formula as perguntas e coloca as questões, enquanto a Literatura opera como fonte, a Literatura ocupa, no caso, a função de traço, que se transforma em documento e que passa a responder às questões formuladas pelo historiador. Não se trata, no caso, de estabelecer uma hierarquia entre História e Literatura, mas sim, de precisar o lugar de onde se faz a pergunta (PESAVENTO, 2004, p. 82).

Podemos vislumbrar que o texto literário é algo que vai além de um mero reflexo da sociedade, é um produto social assim como a escrita de um texto histórico, que mesmo relacionando práticas que são típicas do ofício do historiador de tratar as fontes, nos aproxima do processo de criação literária.

Entre História e Literatura há uma relação de conflito e de confrontação, mas também há a cooperação. E algo que poderia separar é justamente aquilo que une estas duas disciplinas, já que é através do seu aspecto conflituoso em relação à produção e narração do fatos que a Literatura demonstra o quanto é sedutora e importante a sua contribuição. Tal como aponta Nicolau Sevcenko (1999, p.246), em *Literatura como Missão*:

Nem reflexo, nem determinação, nem autonomia: estabelece-se entre os dois campos (da história e da literatura) uma relação tensa de intercâmbio, mas também de confrontação. A partir dessa perspectiva, a criação literária revela todo o seu potencial como documento, não apenas pela análise das referências esporádicas a episódios históricos ou do estudo profundo dos seus processos de construção formal, mas como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações e que incorpora a história em todos os seus aspectos, específicos ou gerais, formais ou temáticos, reprodutivos ou criativos, de consumo ou produção.

Para analisar a relação entre estas formas de conhecimento ou discursos sobre o mundo, é preciso assumir, em uma primeira instância, posturas epistemológicas que diluam fronteiras e que, em parte, relativizem a dualidade verdade *versus* ficção, ou a suposta oposição real/não-real, ciência ou arte. Nesta primeira abordagem reflexiva, é o caráter das duas formas de apreensão do mundo que se coloca em jogo, face a face, em relações de aproximação e distanciamento (PESAVENTO, 2006).

A referida autora chama atenção para o fato de apreendermos a ideia de que a Literatura faz uso da imaginação para construir um enredo, cujas bases tomam o real como referente. Há a História não pode fazer uso desses meios para criar fatos ou romanceá-los de acordo com livre vontade do autor, uma vez que o trabalho historiográfico é um trabalho que requer um trato científico, assim sendo, deve estar moldado às bases da cultura empírica. Constituindo, assim, em um alerta para os pesquisadores historiadores que adotam a Literatura como fonte. O historiador não cria personagens nem fatos. No máximo, os “descobre”, fazendo-os sair da sua invisibilidade.

Literatura e História são espaços de conhecimento que apresentam metodologias, teorias e interesses específicos, apesar de compartilharem alguns temas comuns, nesses temas compartilhados o interesse pela verdade de uma difere da outra, representado na personificação de um real imaginário e um real documental, respectivamente ligados a Literatura e a História.

Os cuidados que precisam ser tomados na utilização da Literatura como objeto de estudo por historiadores, visam identificar as criações permitidas pela licença poética ao qual os literários podem desfrutar enquanto a verdade histórica prende-se rigorosamente aos fatos avaliados por um grande conjunto de regras na História essa realidade muda ao desconhecer essas fronteiras criadas pela escola metódica dita positivista.

História e Literatura se aproximam como versões, representações do real, de algo que poderia ter acontecido, cabendo à História a função de registrar o acontecimento de forma a estabelecer um método de análise científico, enquanto a Literatura não está presa a esse compromisso.

Um dos trabalhos brasileiros que se debruçam pela perspectiva da relação História e Literatura é o de Nicolau Sevcenko (1999), que analisa a República do início do século XIX através de obras literárias da época, tomando como fonte os escritos literários de Euclides da Cunha e Lima Barreto. Acerca disso, o mesmo tece algumas considerações acerca da relação entre História e Literatura.

[...] todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas e revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo- e é destes que eles falam. Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover, mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais? [...] a literatura portanto fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram (SEVCENKO, 1999, p. 20).

É seguindo essa trilha acima, de lidar com a relação entre História e Literatura, que situamos este trabalho no campo da História Cultural, em especial, nas articulações entre práticas e representações. A representação assume um dos papéis essenciais da história cultural, na qual “tem como objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Isso significa dizer que nosso aporte teórico baseia-se nas discussões de Roger Chartier (1990 e 2002) acerca da reflexões acerca da ideia de representação. Importante destacar que Chartier confere à representação do mundo social um “diagnóstico fundado na razão, [e que] são sempre determinados pelos interesses dos grupos que os forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Vemos que a representação não é um elemento neutro, sem intenções, mas que busca apresentar a percepção de mundo em um determinado grupo, que elabora as suas estratégias e que impõe sua autoridade. Assim, o ato de representar passa pela ideia de “descrever a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse” (idem, *ibidem*, p. 19). Para tanto, trabalharemos com a noção de representação na compreensão de Roger Chartier, quando ele nos apresenta a seguinte definição:

As definições antigas do termo (por exemplo, a do dicionário Furetière) manifestam a tensão entre duas famílias de sentidos: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é (CHARTIER, 1990, p. 20).

A partir das colocações de Chartier (1990, p. 19), podemos perceber que a noção de representação passa pela ideia de que quem representa “descreve a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse”. Um texto, por exemplo, pode apresentar as compreensões de quem o fez, e quem lê o texto pode, a partir da prática de leitura, elaborar a sua representação.

A noção de representação é comumente relacionada às de práticas e apropriação. As práticas são entendidas a partir do momento em que elas dão um significado ao mundo, ou seja, as práticas possibilitam que o leitor tenha a sua interpretação de mundo. Nas palavras de Chartier (idem, p. 28) “são as práticas que constroem o mundo como representação”. Dessa maneira, a escrita de um romance é uma prática cultural. O leitor poderá se apropriar daquilo que leu e conseqüentemente construir representações.

A escrita da história pode ser entendida como a representação de um passado. Uma representação que constrói um possível acontecimento a partir, de um lugar que nunca esteve e que é reconfirmado pela narrativa. Desta maneira, as obras de caráter ficcional e/ou literário se mostram como uma possibilidade de fonte documental para a construção do conhecimento histórico, se refletirmos o quanto a Literatura é uma área de conhecimento que promove certa leitura e interpretação da sociedade pois, é em condições específicas e particulares de espaço tempo, cultura e relações sociais que o literato cria seus mundos, seus sonhos, desejos e experimenta várias formas de linguagem.

José Lins do Rego que foi um romancista paraibano. “Zé Lins”, como era chamado pelos amigos, nasceu no engenho Corredor, no município de Pilar, na Paraíba. Criado pelo avô e por um tia, desde pequeno provou a vida de um menino de engenho. Com esse contato, pôde se tornar um dos grandes autores do chamado “Romance de trinta”.

Um dos principais trabalhos e que é considerado uma referência importante nos estudos acerca de José Lins do Rego, trata-se do livro “José Lins do Rego: modernismo e regionalismo, de José Aderaldo Castello (1961), que abordou aspectos referentes à formação de José Lins do Rego e seu envolvimento com o movimento Modernista e o movimento Regionalista. Em detrimento da crítica literária da época, Castello acompanhou a ideia de que as obras podiam ser acopladas em ciclos e sendo assim, tivemos os romances do “Ciclo da cana-de-açúcar” que é composto pelos livros que retratam a rememoração de sua juventude nos engenhos nordestinos. Temos como obras *Menino de Engenho* (1932); *Doidinho* (1933); *Banguê* (1934); *O Moleque Ricardo* (1935); *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943). Em seguida, tivemos o “Ciclo do cangaço, misticismo e seca”, característico por narrar aspectos de um outro Nordeste, aquele da caatinga, com seus heróis e santos fora da lei. As obras que compõe este ciclo são: *Pedra Bonita* (1938) e *Cangaceiros* (1953). Por fim, tivemos o ciclo das “Obras independentes” que apresentam temas diferentes, com lutas prioritárias, lirismo erótico e memorialismo.

José Lins do Rego foi objeto de análise de diversos campos de pesquisa, neste rol, a produção intelectual de Marilena Miggiolaro Chaguri (2007), busca recuperar por meio dos romances do “Ciclo da cana-de-açúcar” e das crônicas de José Lins do Rego, a ambiências intelectuais e os processos sociais entrelaçados na dinâmica da decadência dos engenhos e de ascensão das usinas na zona canavieira do Nordeste.

Os romances de José Lins são tomados como uma tentativa de compreender, a partir do estranhamento existente entre o narrador e a realidade, as mediações – sociais, políticas e artísticas – postas em um momento no qual uma “forma real, isto é, posta pela vida prática, é transformada em forma literária, isto é, em princípio de construção de um mundo imaginário”, sendo possível apreender, desse ponto de partida, o vínculo entre a dinâmica estética (as sugestões do Regionalismo) e a dinâmica social (a decadência vivida pelo Nordeste) (CHAGURI, 2007, p. 13).

A autora lança mão de uma reconstrução dos espaços intelectuais frequentados por Zé Lins nos anos 1920 no Recife (de forma a enfatizar o Regionalismo e a maneira como este aspecto está presente na obra) e no Rio de Janeiro durante os anos 1930-40, momento de consagração literária do romancista paraibano.

Outro trabalho significativo para as nossas reflexões, trata-se da escrita de Iranilson Buriti de Oliveira (1997), que analisa a decadência como institucionalização na Primeira República a partir dos sujeitos políticos, documentos oficiais e da literatura regionalista, especificamente o Romance de 1930. Oliveira aponta que, ainda em meados do século XIX, a elite açucareira praticamente não comentava a respeito de uma possível decadência econômica, em termos substanciais; ou, sequer, no seu aparecimento dentro do cenário político e econômico nacional. Neste sentido, vejamos:

Não falavam porque não estavam ainda ameaçados por outras classes produtoras do país nem seus valores estavam sofrendo alterações; porque seu produto conseguia sempre uma boa colocação no quadro geral das exportações. Não falavam contra o poder público, contra os privilégios desta ou daquela classe, contra o protecionismo da agricultura porque eram eles mesmos que controlavam socialmente a vida do país e, sendo assim, constituíam o centro dos investimentos da União e os “pés e as mãos” da vida econômica do país (OLIVEIRA, 1997, p. 50).

Percebemos que José Lins do Rego é um intelectual reconhecido não só nacionalmente, mas também internacionalmente. Suas obras foram traduzidas para idiomas como o inglês, italiano e alemão. O conjunto da obra denominado de “o ciclo da cana-de-açúcar” obteve grande sucesso na literatura nacional. Bacharel em ciências jurídicas pela tradicional Faculdade de Direito do Recife foi, ao lado de Gilberto Freyre, com quem teve grande amizade, um dos grandes nomes do movimento Regionalista-Tradicionalista do início do século XX (AZEVEDO, 1984, p. 135). Sua obra literária dedicou-se, em sua quase totalidade, a romancear, em uma perspectiva realista e saudosista, o mundo dos banguês nordestinos. É nesse espaço tradicional que se deram praticamente todas as obras literárias de José Lins do Rego.

A obra *Fogo Morto* foi publicada em 1942, e seguindo a trilha argumentativa de Diego Freire (2015) traz um aspecto muito apontado mas pouco discutido pela sua fortuna crítica, que seria a volta da representação da paisagem canavieira. Pois, nos anos de 1936 até 1943, o romancista paraibano se afastou do cenário que lhe consagrou como romancista.

Interessante explicitarmos que esse retorno à paisagem açucareira que *Fogo Morto* empreendeu encontra paralelo na própria vida de José Lins, homem que sempre retornou aos engenhos, tal qual alguns dos seus personagens literários [...] engenho, espacialidade de retorno, sempre revista, paisagem jamais esquecida (FREIRE, 2015, p. 352-353).

Fogo Morto é o último livro do Ciclo da Cana-de-Açúcar e é dividido em três partes: “O Mestre José Amaro”; “O Engenho de Seu Lula” e “O Capitão Vitorino”. A crítica recebeu a obra com bastante entusiasmo, atribuindo a *Fogo Morto* um aprimoramento e mesmo uma evolução literária do romancista paraibano.

Antônio Cândido aponta que *Fogo Morto* pode ser entendido como um “romance de planos”, ou seja, existem planos de construção que podem ser percebidos tanto na disposição dos personagens, quanto nas relações que são estabelecidas entre eles. Na primeira parte, “O Mestre José Amaro”, atenta para os problemas com os quais se debatem os personagens. Na segunda parte, “O engenho de seu Lula”, há uma fuga para o passado, estabelecendo uma sagacidade temporal. O retorno ao presente se dá na terceira parte, “O Capitão Vitorino”, que também faz uma retomada dos temas da primeira parte com uma intensidade dramática.

Um dos temas que ganha força na narrativa de José Lins é a questão das lutas pelo poder, ou por assim dizer “lutas de representação”, tal como nos alerta Chartier (1990). Um caso particular é o conflito em torno da expulsão do mestre Zé Amaro, uma situação que gerou impasse e que se resolveu apenas com a intervenção do cangaceiro Antônio Silvino e seu bando que se colocaram a favor do mestre. Eis, que o mestre começou a ser o centro dos boatos espalhados pelo personagem Floripes, que era afilhado do coronel Lula de Holanda e morador agregado da casa-grande do engenho Santa Fé. Segundo o rapaz, o mestre Zé Amaro se transformava em lobisomem durante as noites, passando a vagar pelo Santa Fé e pelos engenhos vizinhos. O boato se espalhou rapidamente, ficando cada vez mais complicado desmentir Floripes, pois, de fato, o mestre tinha a prática cultural de sair para caminhar durante as noites escuras quando algo estava a lhe perturbar.

Floripes começa a insinuar para o padrinho que o mesmo deveria expulsar José Amaro de sua propriedade, já que o mestre poderia ter alguma relação com as forças mágicas, e isso era algo muito temido pelo coronel, que era muito ligado a fé católica. Logo a notícia de que o coronel vai retomar a terra ocupada pelo mestre também se espalha, o que acaba por gerar uma situação muito difícil para o mestre e sua família.

O coronel mandou chamar o mestre para uma conversa, e quando ele chega na casa-grande:

“- Muito boa tarde, coronel Lula.

O velho baixou os olhos vidrados para cima dele, procurando reconhecê-lo.

- Hein, é o senhor José Amaro, hein?

- Sim, sinhô, coronel, sou eu mesmo.

Sem saber o que fazer ficou o mestre, um instante, parado, com o velho a olhar para ele fixamente. Depois, a voz do homem explodiu como uma fúria:

- Hein? Não disse que não vinha aqui, hein, seu José Amaro?

- Não disse tal, coronel.

- Ó Floripes, ó Floripes - gritou o velho.

[...]

O mestre sentiu o sangue ferver-lhe nas veias. Estava estarecido, com uma vontade desesperada de falar.

- Ó Floripes!

- O coronel esta mal-informado. Eu não disse a ninguém que não vinha aqui.

Apareceu Floripes, e quando viu o mestre recuou. Os olhos amarelos do seleiro gravaram-se nele, como duas verrumas.

- Não foi, Floripes, o sr. José Amaro não lhe disse, hein, que não vinha ao meu chamado?

O negro não falou.

- Não lhe disse, hein?

- Disse, meu padrinho!

- É mentira desse negro safado. Floripes correu para dentro de casa gritando:

- Ele me mata, meu padrinho.

O velho Lula olhou para o mestre José Amaro. A cara gorda, enorme, do seleiro estava ali a dois passos dele.

- Quem é que manda neste engenho, hein, mestre José Amaro? De quem é esta terra, hein, mestre José Amaro?

- O senhor sabe melhor do que eu, coronel,

[...]

- Hein, mestre José Amaro, eu mandei chamá-lo para saber de coisas que o senhor anda dizendo, hein?

Coronel, eu não sei de nada. Vivo na minha casa, do meu trabalho.

Quem manda nesta terra, hein, mestre José Amaro?

- Quem manda é o senhor do engenho.

- Mando eu, hein, mestre José Amaro? (REGO, 1997.p.91).

Percebemos que, uma das questões centrais está na discussão acerca de quem possui ou não direitos numa propriedade dominada por senhores de engenho, que comumente, transformam as vilas num espaço de continuidade do engenho, nas “bagaceiras de engenho”.

A narrativa de José Lins do Rego marcada pelo status se um descendente do patriarcado açucareiro que resolveu narrar acontecimentos importantes da sua juventude, mas que não deixa de demonstrar a sua saudade, a sua memória e o seu interesse para que aquele mundo não se perca, que as tradições e a forma de poder vigente não sejam esquecidas.

A representação da autoridade no engenho é centrada na importância simbólica e cultural exercida pelo coronel, com o seu poder de abrigar e obrigar os seus moradores às suas vontades. O que podemos destacar é que aos olhos de um literato, também é possível perceber como as relações sociais acabam por se tornar questões de ordem cultural. Não é difícil encontrarmos situações semelhantes na nossa contemporaneidade. A relação entre História e Literatura demonstra ser uma via de acesso possível para compreendermos o mundo como representação.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 7ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1985.

_____. A Compreensão da Realidade. **O Observador Literário**. São Paulo: Conselho Estadual de Educação, 1959.

CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego: modernismo e regionalismo**. São Paulo: Edart, 1961.

CHAGURI, Mariana Miggiolaro. **Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30: José Lins do Rego, regionalismo e tradicionalismo**. 2007. 211f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FERREIRA, Antônio Celso. Literatura a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 61-91.

FREIRE, Diego José Fernandes. **Contando o passado, tecendo a saudade: a construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943)**. 2014. 316f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2014.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. **A Arte do Povo: Histórias na Literatura de Cordel (1900-1940)**. Niterói, RJ: Tese de Doutorado - UFF, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. 5 ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Gritos de vida e de morte: A construção da ideia de decadência do patriarcado rural nos discursos da primeira República**. Dissertação (Mestrado

em História) 1997. 155f – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, (Online) Debates, Paris, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em: 20. jun. 2016.

_____. **História e História Cultural**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

IREGO, José Lins. Fogo Morto. São Paulo: Kilck Editora, 1997.

SAMARA. Eny de Mesquita, TUPY, Ismênia Spínola Silveira. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

SVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.